

## **PRINCIPAIS RESULTADOS DA OFICINA**

### **A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado: troca de experiências e saberes construídos no processo de tradução**

A primeira oficina da UPMS no Brasil revelou pontos de convergência, distanciamentos e a diversidade de experiências da relação dos movimentos sociais com o Estado, suas políticas e instituições. Ao final do encontro pergunta-se: que saberes foram construídos? Que experiências foram compartilhadas? Conseguimos encontrar os pontos que nos aproximam? Conseguimos ir além dos pontos que nos distanciam? Temos mais distâncias ou aproximações nas lutas sociais?

É nesse ponto que a tradução intercultural nos ajuda. Por meio dela, pôde-se perceber durante a oficina a existência de aproximações significativas entre os ativistas e intelectuais presentes, as quais superam os distanciamentos. Todavia, faltam-nos espaços para dialogar sobre isso. Espaços em que os movimentos sociais e a universidade estejam juntos para dialogar e aprender um com o outro. Espaços em que o objetivo central seja o diálogo e não a discussão e disputa entre projetos políticos e pesquisas acadêmicas. Espaços de encontro para falar e conhecer a história e a luta uns dos outros.

Destacamos, portanto, como resultados da oficina, quatro dimensões presentes nos depoimentos e trocas realizadas: a) a relação entre os Movimentos Sociais e Estado; b) tensões na relação entre Movimentos Sociais e Estado; c) saberes construídos na relação entre Movimentos Sociais e Estado; d) anúncio de novas relações entre os Movimentos Sociais e o Estado.

#### **a) A relação entre os Movimentos Sociais e Estado**

No decorrer da oficina observamos experiências e visões diferenciadas dos movimentos sociais sobre a sua relação com o Estado, suas políticas, instituições e diferentes opiniões de como devam ser essas relações tão diferenciadas em função das fronteiras e estratégias de luta.

Ao ouvirmos o depoimento dos integrantes do movimento LGBT, um novo saber sobre os sujeitos que o compõem e a sua luta política foi construído pelo grupo de participantes da oficina. Foi narrado que esse movimento social possui um histórico na relação com o Estado. Na década de 80, no contexto da AIDS, o Estado se aproxima do movimento LGBT pela urgência da epidemia para estabelecer parcerias e financiamentos. Há aqui o reconhecimento de que os saberes sobre os sujeitos que naquele momento eram considerados como grupo de risco (concepção que foi superada ao longo dos anos), assim como o contato e conhecimento do universo LGBT estava com o movimento social e não com os quadros do Estado, mesmo aqueles que compunham a hierarquia dos setores voltados para a saúde. Nos anos 90, as políticas de saúde se alteram. Não mais o foco somente na epidemia, na doença, mas nos sujeitos. Elas se transferem para o âmbito dos direitos humanos, permanecendo a relação próxima com o Estado. Nesse aspecto, a relação com os movimentos sociais, sobretudo o LGBT e movimento feminista, adquire novos contornos. Novas relações marcadas pelas tensões, visões de mundo, acordos e discordâncias se configuram.

Durante os relatos pôde-se perceber que os movimentos sociais têm mantido relações ora distanciadas, ora tensas e de confronto com o Estado, sobretudo nas fronteiras de maior radicalização política: terra, moradia, demarcação de territórios indígenas e quilombolas, ações afirmativas, cotas, estatuto da igualdade racial.

Os movimentos sociais presentes na oficina confirmaram o seu lugar de afirmação como sujeitos políticos e de políticas e intervenções emancipatórias. Conforme podemos notar nos depoimentos que compõem este relatório, existe uma percepção de que o Estado ignora essa presença afirmativa, tenta a cooptação ou condena e reprime. O que leva em resposta a radicalização política entre movimentos sociais e o Estado.

O Estado tenta regular as tensões nas fronteiras de luta dos movimentos e cooptá-los para políticas reguladoras. Os movimentos reagem exigindo do Estado que reconheça suas lutas por políticas sociais, educativas, agrária, urbana. Por políticas afirmativas.

Um ponto muito forte nos relatos é a concordância entre a maioria dos participantes da oficina de que o Estado usa seus recursos para relações de dependência e de cooptação dos movimentos. Até para confronto dos movimentos entre si por disputa de recursos do Estado.

Embora alguns integrantes da universidade tenham ponderado a importância da presença de lideranças de movimentos sociais no interior do Estado, realizando articulações, interferindo nas políticas públicas e destinação de recursos, os ativistas, de um modo geral, mantiveram essa realidade sob suspeita. Houve, sim, o reconhecimento dessa posição e postura estratégica, mas ela não superou o receio apresentado pelos movimentos de relacionarem-se com o Estado, de serem cooptados. Uma relação desafiadora e tensa. A questão colocada era: como se relacionar com o Estado sem se submeter? Os ativistas são conscientes de que suas fronteiras de luta e de intervenção exigem colocar em ação os mecanismos de poder, os recursos, as instituições e as políticas do Estado.

#### **b) Tensões na relação entre os Movimentos Sociais e Estado**

Na oficina houve consenso de que a relação entre Movimentos Sociais-Estado são marcadas por tensões. Tensões de reconhecimento da diversidade de ações coletivas e de coletivos sociais, étnicos, raciais, de territórios, de gênero e diversidade sexual. Reconhecimento tenso dos saberes da militância e das lutas nos órgãos do Estado e em suas instituições, como por exemplo, as universidades. Foi dito em vários momentos que as relações iniciais de confiança nas universidades, no Estado e em suas políticas se quebram facilmente. A maior tensão passa pelo não reconhecimento dos movimentos como sujeitos políticos. As tensões são políticas, de poder, de não submissão.

O Estado tenta esvaziar a radicalidade política das ações dos movimentos. Uma relação limítrofe entre movimentos sociais-Estado cujas respostas dadas pelo Estado limitam-se, na maioria das vezes, à construção de programas específicos e não de políticas de Estado. Faltam políticas públicas nas fronteiras em que lutam os movimentos. O Estado oferece projetos pontuais, compensatórios, os movimentos exigem políticas.

Tensões nas lutas pela regulação fundiária, pela titularidade das comunidades quilombolas vão se aprofundando, no executivo, no legislativo, no judiciário, pelo direito ao trabalho, à terra, à diversidade sexual. As comunidades camponesas e quilombolas ocupam fazendas, pressionam o governo, mas ele não faz a reforma agrária. Como programas e políticas distributivas, o Estado tenta esvaziar a radicalidade das ações dos movimentos sociais. O Estado nega a condição dos movimentos de sujeitos políticos e de suas ações como políticas.

As tensões são extremas: não há reforma agrária, a distribuição de terras feita até agora foi realizada com muitas perdas e assassinatos. Também nas lutas LGBT há assassinatos. A questão da terra se tornou um embate no judiciário. A sexualidade se

politiza, o direito ao trabalho se politiza. Os movimentos alargam as fronteiras de tensões e abrem novas. O Estado criminaliza os movimentos para justificar sua repressão. Não há avanços, mas confrontos. Estes se radicalizam no interior do Estado e na mídia.

Os ativistas perceberam que o caráter diferenciado das lutas políticas dos diversos movimentos sociais geram diferentes confrontos com o Estado, porém, nenhum movimento social consegue escapar à discriminação e ao confronto das lutas por ações afirmativas, cotas, às lutas pelo direito à diversidade sexual, à terra, ao território.

Tensões são apontadas nas estruturas de poder, nas lógicas e critérios de validade democrática, de ordem social, do papel regulador do Estado, da legitimidade do conhecimento político que vêm das experiências de lutas, da tensão entre critérios de direito e de mercado, entre os saberes das universidades considerados como legítimos e os saberes das experiências e ações coletivas pensados como não válidos.

As tensas relações com o Estado, suas instituições, seus recursos e suas políticas terminam criando tensões intra-movimento e entre movimentos. Há tensões também entre os movimentos sociais, a sociedade e a mídia. O mesmo Estado, a mesma mídia, os mesmos setores da sociedade apóiam uns movimentos sociais e criminalizam outros. Essa situação por vezes invade e contamina a dinâmica interna dos movimentos e acaba gerando afastamento entre organizações e ativistas.

### **c) Saberes sobre a relação entre Movimentos Sociais e Estado**

Há coincidências em que essas experiências de relações tão tensas produzem saberes políticos tanto sobre o Estado, sua função e as relações políticas quanto e sobre os próprios movimentos e seu lugar histórico nas relações de poder.

Nas relações com os movimentos e suas lutas o Estado se revela. Novos saberes sobre o Estado são aprendidos. A política se revela. Novos saberes políticos, novas estratégias políticas são aprendidos. Os movimentos repolitizam, radicalizam a política. Nova ciência política. No quadro atual do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais surge uma tensão: quem está no governo é militante demais para ser governo e governo demais para ser militante.

Saberes sobre o Estado submetido às oligarquias, o agronegócio, a concentração da terra, o espaço. Como fica o Estado diante das disputas e poderes sobre a terra, os territórios e o campo? Onde está o poder? Com quem está o poder? O Estado está do lado do capital. O agronegócio está dividido, mas para acabar com os movimentos sociais, eles se unem na bancada ruralista. Mesmo que o governo seja favorável às lutas sociais, o poder está na mão deles. Saberes sobre a função política reguladora das políticas paliativas como a distribuição de terras em vez de reforma agrária.

Saberes sobre os movimentos como sujeitos políticos, como poder popular. Eles se sabem sujeitos coletivos, políticos, de novas e históricas experiências políticas, de saberes sobre as relações sociais e políticas de dominação. Os movimentos sociais são os principais atores do espaço público e fazem ressoar os ruídos que ainda não têm registro. Os movimentos produzem saberes políticos que não são conhecidos nem reconhecidos porque não estão nos moldes acadêmicos credenciados. Há saber político nos movimentos sociais, mas não está teorizado. Os critérios de produção do conhecimento são acadêmicos e não dão conta dos saberes produzidos pelos movimentos sociais.

Os movimentos acumulam e politizam saberes sobre a vida digna e justa, sobre as bases de sua produção: o meio de sustentação das comunidades indígenas e quilombolas e o território. Terra é vida, cultura, identidades. Para o Estado e a mídia

essas lutas são novas, os movimentos são novos, mas para os coletivos indígenas, quilombolas, camponeses são lutas políticas históricas. Nas tensas relações com o Estado os movimentos sociais aprendem como foram pensados e segregados nas estruturas de poder. Descubrem o verdadeiro rosto do poder, do Estado, de suas políticas e instituições. Descubrem a imagem inferiorizada construída sobre eles, persistente nas atuais relações movimentos sociais-Estado. Nesse contexto, aprende-se o trato político dos diferentes feitos desiguais. Durante a oficina um consenso foi produzido: entender essa história nos ajuda a entender os movimentos e suas relações tensas com o Estado.

Nessas relações, experiências e saberes políticos os movimentos sociais constroem um conhecimento político-popular. Um poder popular. Será que a universidade acompanha essa produção de novos conhecimentos?

Concluiu-se que não existe uma hierarquia entre esses saberes políticos. São apenas saberes diferentes, aprendidos em experiências diferentes de relações com o poder, com o Estado. Um exercício de uma ecologia de saberes políticos.

#### **d) Anúncio de outras relações entre Movimentos Sociais e Estado**

As experiências de confrontos entre movimentos sociais e Estado presentes na oficina revelam tentativas políticas de aproximação, de construção de uma esfera pública democrática, de outras funções do Estado e da política. Há depoimentos coincidentes na diversidade de experiências. Os movimentos precisam reivindicar seus direitos, fazer com que suas reivindicações sejam preocupações do Estado. Fazer parceria com o Estado e depois cobrar e controlá-lo na aplicação da política pública. Fazer o controle público e social.

Em alguns momentos da oficina foram feitas algumas ponderações pelos intelectuais presentes. Uma delas refere-se à reflexão de que no processo histórico das lutas sociais brasileiras primeiro houve um movimento revolucionário de ruptura entre os movimentos e o Estado e agora se vive uma espécie de integração que nem sempre pode ser vista como cooptação. A relação movimentos sociais e Estado é diferenciada, de acordo com cada movimento, sua história, sua concepção política e a radicalidade da sua demanda. Um exemplo dado: a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, no atual governo federal. Tal secretaria é fruto da luta de setores do movimento feminista e tem na composição dos seus quadros mulheres ativistas, intelectuais e técnicas que dentro da estrutura do Estado reeducam este e suas políticas na perspectiva do gênero.

Outra ponderação vinda dos intelectuais presentes refere-se ao cuidado com as polarizações na reflexão sobre a relação entre movimentos sociais e Estado. Sugeriu-se que fossem concentrados esforços no desafio de instaurar outra racionalidade, que supere a dicotomia novo e velho, bom e ruim. Conseguir escapar dessas polaridades é um desafio e uma arte, pois elas acabam se tornando uma armadilha contra os próprios movimentos sociais e intelectuais engajados nas lutas sociais.

Uma das conclusões da oficina: quanto maior a nossa compreensão sobre quem são (e o que querem) os diversos movimentos sociais da atualidade mais poderemos entender o que estes querem na sua relação com o Estado.

Depoimentos foram trazidos sobre como avançar nas articulações com o Estado, suas instituições e suas políticas. Criar novos espaços públicos, democráticos. Pressionar por um Estado democrático-popular. Buscar inserção nos espaços políticos. Entrar lá dentro e mudar por dentro. Assumir como desafio entrar nos programas de governo e construir políticas públicas para as áreas de luta dos movimentos, sem pretender substituir o trabalho do Estado.

Que lutas articular? As consideradas como mais importantes? Discutiu-se que dizer que todas as lutas são importantes não quer dizer que todas são importantes ao mesmo tempo. Em cada contexto uma luta é mais importante. Luta concreta na situação concreta. Por exemplo, construir uma agenda comum no judiciário sobre as lutas pela terra, territórios. Colocar cada luta por direitos na agenda pública. As lutas por escola pública, políticas públicas é uma constante nas estratégias dos movimentos.

As estratégias de ocupar a agenda e os espaços públicos se defrontam com as estratégias do Estado e de suas instituições e gestores de tolerar a presença dos movimentos, mas não incorporá-los como sujeitos de políticas. Incorporar algumas de suas reivindicações, mas não suas lutas e ações políticas. Reconhecer os movimentos como canais de chegada de problemas de políticas, não como sujeitos de políticas e intervenções. A essas estratégias do Estado os movimentos respondem com sua união. A articulação com o Estado exige fortalecer o conhecimento mútuo entre movimentos. Articular as lutas conjuntas pautando novas lutas no espaço público.

O espaço da oficina foi educativo na medida em que vários movimentos tiveram pela primeira vez conhecimento mais aprofundado sobre a história, os desafios e as pautas de outros grupos. Nesse momento, vislumbrou-se parcerias e possíveis agendas comuns. Por isso os participantes foram unânimes em concordar com a necessidade de criar espaços para o conhecimento mútuo e para o fortalecimento recíproco. A experiência da UPMS foi vista como um desses espaços.

Discutiu-se que a priorização de cada um das suas lutas específicas na esfera pública acaba isolando os movimentos de outras lutas e os enfraquece. É preciso alianças concretas. Ex: aliança entre afrodescendentes, quilombolas, indígenas para colocar na agenda pública a questão étnico-racial. Aliança entre quilombolas, indígenas, sem-terra, sem-teto para colocar a questão agrária, da terra, do espaço urbano na agenda pública. Um movimento deve levar junto os outros nos espaços e políticas públicas. É preciso articular as agendas dos movimentos sociais com a agenda pública.

Trazer os invisibilizados, os coletivos mais segregados junto aos movimentos mais visíveis para a agenda do Estado. Ex: lutar pela visibilidade dos coletivos indígenas, quilombolas, negros, do campo, de orientação sexual nas estatísticas dos dados das agências do Estado. Superar a forma desqualificada em que são mostrados, recenseados.

Abrir espaços para o reconhecimento da diversidade no conjunto de instituições e de políticas do Estado. Priorizar o judiciário, a justiça na garantia do direito às diferenças. Políticas afirmativas no trabalho, no sistema escolar, na universidade. Controle social das políticas e dos recursos públicos. Políticas de diferenciação positiva. Políticas de justiça, igualdade e de reconhecimento da diferença. Pressionar para a abertura no Estado de espaços de articulação de políticas de igualdade e políticas de identidade, dos coletivos em movimentos.

Durante a oficina concluiu-se que nem todos os movimentos têm os mesmos espaços no Estado. Como as diferenças, as especificidades vão ter espaço na agenda política dos outros movimentos e do Estado? Por exemplo, as políticas educacionais, os currículos escolares não contemplam as lutas LGBT. Nem são pautadas suas lutas em outros movimentos.

Será possível articular na agenda do Estado, reconhecendo os movimentos sociais como sujeitos políticos, um projeto popular comum para o Brasil? Será necessário participar na agenda política local, nacional e internacional. Pautar no interior do Estado, de suas instituições, suas políticas e suas leis lutas por estruturas que tornem o espaço estatal, mais público e democrático.

Discutiu-se a necessidade de uma agenda política comum capaz de formular um projeto político de campo, de diversidade, de sociedade que queremos. Tomar o Estado. Os movimentos sociais presentes na oficina da UPMS anunciam outro projeto de sociedade justa, de Estado e de institucionalidade democráticos.